

INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DA BAHIA¹

Edivaldo M. Boaventura²
Lídia Boaventura Pimenta³
Luiz Carlos dos Santos⁴
Adelmo Schindler Júnior⁵
Bruno Oliveira dos Santos⁶

RESUMO

O artigo objetiva mostrar a interiorização da educação superior estadual da Bahia a partir de 1967, primeiramente, com a criação das Faculdades de Formação de Professores, em municípios, em seguida com a institucionalização das atuais quatro Universidades Estaduais de Feira de Santana (UEFS), do Sudoeste da Bahia (UESB), de Santa Cruz (UESC) e do Estado da Bahia (UNEB), caracterizando o esforço pioneiro da administração estadual de procurar cobrir o território baiano de educação superior objetivando sobretudo a formação de professores e de outros profissionais, contudo a partir de 2006 começa um segundo movimento com as três universidades federais sediadas em municípios.

Palavras-chave: Universidade multicampi; Interiorização; Educação superior; Formação de professores; Administração estadual.

INTERNALIZATION OF HIGHER EDUCATION IN THE STATE OF BAHIA

ABSTRACT

The article aims to show the higher education internalization of the state of Bahia from 1967 on, first with the creation of the Teacher Training Colleges in municipalities, then with the institutionalization of the current four State universities of Feira de Santana (UEFS) of Southwest Bahia (UESB), Santa Cruz (UESC) and the State of Bahia (UNEB), featuring the pioneering effort of the state government to attempt to cover the Bahia territory of higher education especially aiming the training of teachers and other professionals, however since 2006 a second movement takes place with the three federal universities based in municipalities.

Keywords: Multiple Campus University. Internalization. Higher Education. Teacher Training. State Government.

JEL: I25; I23

¹ Comunicação apresentada no VII Workshop Rio São Francisco: Cultura, identidade e Desenvolvimento, III Encontro Ambiental e I Seminário de Direito Ambiental, Penedo (AL), de 30 de agosto a 1º de setembro de 2015.

² Edivaldo M. Boaventura. Ph. D e Mestre em Educação, Docente Livre e Doutor em Direito, professor titular do Programa em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU/Unifacs), Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento (GPED), Unifacs <edivaldoaboaventura@terra.com.br>

³ Lídia Boaventura Pimenta. Doutora e Mestre em Educação, professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento (GPED) <lbpimenta@hotmail.com.br>

⁴ Luis Carlos dos Santos. Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento (GPED) <lcsantos@uneb.br>

⁵ Adelmo Schindler Junior. Mestre em Ciências Contábeis, professor da Unifacs, Grupo de Pesquisa Educação e Desenvolvimento (GPED) <adelmoschindler@yahoo.com.br>

⁶ Bruno Oliveira dos Santos. Bacharel em Ciências Sociais e em Direito, professor da Universidade Paulista (UNIP). Grupo de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento (GPED) <brunoadv.72@gmail.com>



1 INTRODUÇÃO

A interiorização da educação superior tem muito a ver com os objetivos do Programa Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado e Doutorado, da Universidade Salvador (PPDRU/Unifacs). Pela educação superior atinge-se o crescimento dos principais centros urbanos da Bahia. A formação do capital humano, educação à distância e a educação aberta online têm sido discutidas no relacionamento da educação e desenvolvimento, principalmente, entre universidade e região. Do mesmo modo, dissertações e teses defendidas neste Programa têm tomado às universidades estaduais como objeto de análise.

A pergunta que se faz, inicialmente, em face das dimensões do Estado da Bahia, é como educar 15 milhões de baianos em 560 mil km² com 65% do território no semiárido? Eis um dos desafios das universidades estaduais que foram criadas objetivando, precipuamente, a formação de professores e de profissionais outros.

Assim, indaga-se: por que as universidades estaduais? Qual a motivação para educação superior estadual? Como se justifica a entrada da administração estadual na educação superior? As universidades estaduais foram pioneiras na interiorização da educação superior? As universidades estaduais foram pioneiras na interiorização da educação superior. Nelas se percebe a participação das lideranças locais na criação dos centros urbanos de ensino superior. Em um segundo momento e muitos anos depois, a partir de 2006, chegaram as Universidades Federais do Recôncavo Baiano (UFRB), do Sul da Bahia (UFSB) e do Oeste Baiano (UFOB). Acompanharam os Instituto Federal da Bahia (IFBahia) e os Instituto Federal Baiano (IFBaiano) com sede em Salvador e presença nos municípios baianos.

A partir do final dos anos sessenta do século passado, começou a intervenção do Estado da Bahia na educação superior, visando, sobretudo, a formação de professores para ensinar nas unidades escolares dos municípios. Considerando que houve uma macrocefalia da educação superior, em Salvador, pela concentração da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Universidade Católica do Salvador (Ucsal) e Universidade Salvador (Unifacs), além das muitas faculdades particulares.

Até os anos sessenta do século XX a educação superior estadual se destinava à agricultura com a Escola de Agronomia da Bahia, em Cruz das Almas, que vem do século XIX, com o Imperial Instituto Baiano de Agricultura, como também, a Escola de Medicina Veterinária criada no século XX, em 1951, no Governo Régis Pacheco, sendo secretário da Agricultura Nonato Marques. Ambas foram federalizadas e passaram para a Universidade Federal da Bahia, em 1967.

No governo Luís Viana Filho (1967-1971) há uma mudança inovadora e fundamental quando à educação superior. A administração estadual passa a se ocupar da educação superior voltada para o ensino com a criação das Faculdades de Formação de Professores para o Primeiro Ciclo (antigo ginásio), em Feira de Santana, Alagoinhas, Vitória da Conquista e Jequié. A Faculdade de Feira chamou-se, impropriamente, de Faculdade de Educação sem possuir sequer o Curso de Pedagogia e outros requisitos próprios de uma Faculdade de Educação. Todas as quatro Faculdades mantiveram cursos de licenciaturas curtas em Letras, Estudos Sociais, Ciências, Matemática e depois evoluíram para outras programações.

A interiorização da educação superior ficou mais revigorada com as universidades estaduais. Primeiramente a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), criada pelo governador Luís Viana Filho em 1970, seguem-se a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) em 1980, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) em 1983 e a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), em 1991.

Com a Uneb, a interiorização fica mais evidente com a forma multicampi que responde a três requisitos: 1) um sistema estadual de ensino para ser completo, abrange do ensino pré-escolar, passando pelo fundamental, médio, superior até a pós-graduação; 2) uma educação superior estadual se relaciona com o espaço territorial pela identidade cultural, podendo ser organizada por universidades unicampus ou multicampi; e 3) uma faculdade ou universidade instalada num centro urbano interiorano é um fator de progresso por agregar laboratórios, bibliotecas, equipamentos e instalações mudando e enriquecendo a comunidade urbana.

Assim considerando, no que tange à educação superior estadual, vamos demonstrar como vem se efetivando a sua interiorização pelas quatro universidades estaduais.

2 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)

Em 1968, no Governo Luiz Viana Filho, foi instalada a Faculdade de Educação, efetivamente, a primeira unidade universitária de Feira de Santana. No ano seguinte, pelo Decreto 21.583 de 28 de novembro, foi criada uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Universidade. Documento da maior importância histórica foi a Lei Estadual nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970, que autorizou o Poder Executivo a instituir, sob a forma de Fundação, a Universidade de Feira de Santana, iniciativa do governador Luiz Viana Filho, atendendo às lideranças políticas locais daquele município. Dessa forma, em 1970, a Assembleia Legislativa aprovou o anteprojeto da Universidade de Feira de Santana. Com esse ato, atendia-se às justas aspirações da comunidade feirense e demais municípios circunvizinhos, cujas populações se somaram na luta pela criação dessa instituição de ensino.

As justificativas que levaram o Governo do Estado a criar essa Universidade são diversas. Pode-se enumerar e recordar algumas: Feira de Santana era, como ainda é, o segundo polo de desenvolvimento do Estado; um dos maiores centros rodoviários do Nordeste do Brasil; o maior centro comercial e industrial do interior do Estado; e, tendo como área de influência 94 municípios, situados no vale do rio Paraguaçu com destaque para o seu afluente, o rio Jacuípe.

Durante todo o ano de 1970, continuando pelo início de 1971, a Secretaria de Educação e Cultura tomou a iniciativa de editar vários atos em apoio à Fundação Universidade de Feira de Santana: 1) Decreto Estadual nº 21.812, de 16 de abril de 1970, que aprovou os Estatutos da Fundação; 2) Lei Estadual nº 2.817, de 24 de junho de 1970, que autorizou o Poder Executivo a doar área de terra para o campus; 3) Lei Estadual nº 22.147, de 20 de novembro de 1970, que incorporou bens móveis e imóveis; 4) Decreto Estadual nº 22.073, de 16 de outubro de 1970, que aprovou o primeiro plano de aplicação de recursos (BOAVENTURA, 1985).

Muitos outros atos administrativos estaduais foram editados, dentre os quais se destaca o Decreto Estadual de 27 de abril de 1970, que instituiu o Conselho Diretor da Fundação Universitária de Feira de Santana, Conselho este que teve importância fundamental na estruturação da Universidade, sempre se reunindo em Feira, ouvindo e discutindo com as suas lideranças e representações sociais e políticas.

No primeiro governo Antônio Carlos Magalhães (1971-1975), O Conselho Diretor da Fundação foi confirmado e continuou trabalhando pela implantação da entidade. Passo decisivo foi a elaboração do Plano Diretor do campus e a construção dos primeiros pavilhões. Com o governo Roberto Santos (1975-1979), intensificaram-se os trabalhos para a autorização de funcionamento, na dependência do Conselho Federal de Educação (CFE). Para tanto, o Instituto de Serviço Público (ISP/UFBA) encarregou-se do projeto acadêmico e administrativo para envio ao CFE, sempre com a participação do Conselho Diretor. A autorização de funcionamento, conforme parecer do conselheiro Newton Sucupira, foi manifesta expressão do prestígio pessoal do governador Roberto Santos, que fora membro e presidente daquele colegiado, no período de 1964 a 1974. Conseguida a autorização, em 1976, o governador instalou solenemente a Universidade. O professor Geraldo Leite, presidente do Conselho e líder do projeto da universidade, foi escolhido o seu primeiro reitor. Sua liderança foi decisiva para a implantação da nova instituição. A construção e a expansão continuaram pelos sucessivos governos estaduais.

Essas e outras razões justificaram a universidade pelos cursos consolidados após a autorização tais como: Engenharia Civil, Enfermagem, Ciências Contábeis, Economia, Letras, Licenciatura em Ciências e Matemática, Estudos Sociais e Administração, contando com uma população estudantil de 3.221 alunos. A Universidade projetou, em 1983, novos cursos como: Odontologia, Geografia, História e Pedagogia. E, numa segunda instância, a criação dos cursos de Matemática, Física, Música e Biologia. (BOAVENTURA, 1987, p. 81-92)

O governo João Durval Carneiro (1983-1987), segunda gestão do secretário de Educação Edivaldo M. Boaventura, procurou contribuir de todas as maneiras para a consolidação da Uefs, tais como: construção de Unidades

de Ensino, Pesquisa e Extensão, ampliação do Biotério, construção da praça de desportos, instalação da comissão para o reconhecimento, apoio a novos cursos, como o de Odontologia, construindo e equipando a biblioteca central, uma das condições para o reconhecimento. No particular, muito contribuiu a conselheira Yeda Barradas Carneiro. Um dos passos significativos para a informatização foi a criação do Centro de Processamento de Dados, de que tanto carecia a instituição. A Secretaria de Educação e Cultura, percebendo a necessidade de informatização, integrou a Uefs no Programa de Automação Administrativa e Informática (Proadin). Essa reivindicação foi atendida prontamente, em 1984. (BAHIA, 1986, p. 104-105)

Constituiu-se a Uefs, como a Universidade que poderia, a curto prazo, desenvolver projetos de pesquisa. Coube ao professor José Maria Nunes Marques, seu segundo reitor (1979-1983, no governo Antônio Carlos Magalhães; 1983-1987, no governo João Durval Carneiro), dirigi-la e liderá-la, nomoteticamente, no seu processo de reconhecimento, obtido no final de 1986.

Com a obtenção do reconhecimento da Uefs, o Estado da Bahia se juntou a São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, na obtenção das prerrogativas do artigo 15 da Lei nº 4.024/61, antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dando plena autonomia à sua educação superior. Com esse reconhecimento da Uefs, completados cinco anos, em 1991, foi solicitado ao então Conselho Federal de Educação a delegação de competências, possibilitando autonomia ao sistema de educação superior da Bahia conforme previa este dispositivo da primeira LDB.

Não pôde ser rápido o processo de institucionalização da Universidade Feirense. Da criação, em 1970, ao reconhecimento, em 1986, teve que responder às exigências do Ministério da Educação duramente impostas às universidades públicas estaduais.

3 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

A autarquia Universidade do Sudoeste foi criada pelo secretário de Educação Eraldo Tinoco, no segundo governo Antônio Carlos Magalhães (1979-1983), conforme a Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980. Merece destaque, a partir de 1983, o funcionamento do seu Conselho de

Administração. A sinergia das suas reuniões pôde-se considerar relevante para levar avante o projeto da Universidade.

Repetiu-se o mesmo processo de reuniões locais que gestou em boa parte a Uefs, com a participação de representantes dos organismos estaduais sediados em Salvador. Trabalhando-se conjuntamente com a direção da autarquia, encaminhavam-se as gestões e preparava-se o processo de autorização de funcionamento. Procurou-se, como preocupação primeira, a regularização dos cursos e faculdades existentes, o que se concretizou, em parte, por atos do governo federal.

Além do funcionamento regular na sede da instituição, em Vitória da Conquista, com a participação, em todo o processo, do secretário de Educação e Cultura Edivaldo M. Boaventura e de outras autoridades estaduais, e da regularização de cursos e faculdades, realizações outras são levadas em consideração como: acesso asfáltico ao campus de Conquista; planejamento dos três campi, em Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, com a elaboração dos planos diretores de Conquista e Itapetinga; carta-consulta ao CFE sobre a autorização da Uesb; convênio com a Escola Fazendária da Secretaria da Fazenda; projeto de cursos modulados da rede para Brumado e Itapetinga; capacitação docente para professores com curso de especialização e de mestrado, em convênio com a Capes; acrescenta-se, ainda, para experimento e estudo a criação de rebanho bovino e suíno, plantação experimental de maracujá e projeto de apicultura. Construção e conclusão de várias obras, desenvolvimento de recursos humanos e de condições para a pesquisa. (BAHIA, 1986, p. 105-106).

Na implantação da base administrativa e acadêmica, nos anos oitenta, levou a administração da superintendente Walquíria Albuquerque (1983-1987) a priorizar a autorização de funcionamento junto ao Conselho Federal de Educação, só obtida no começo de 1987, já no governo Waldir Pires.

A expansão do ensino superior chegou, portanto, à região, com o funcionamento da autarquia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Em fase de implantação, a Universidade contava com os cursos de Estudos Sociais, Letras Vernáculas, Matemática, Física, Química, Biologia, Enfermagem, Zootecnia, Agronomia e Administração, distribuídos pelos três

campi: Conquista, sede, Jequié e Itapetinga. Em 1987, a clientela que frequenta os diversos cursos era cerca de 1.576 estudantes. No reitorado Pedro Gusmão, procedeu-se ao levantamento das necessidades regionais a serem atendidas pela Uesb. A expansão planejada do ensino e a participação da comunidade universitária local integraram-se ao sistema educacional da Bahia.

4 UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

Em abril de 1983, reuniu-se, em Salvador, a III Conferência da Organização Universitária Interamericana (OUI), presidida por Gilles Boulet, Reitor da Universidade de Québec, e secretariada por François Lorient. Para esse congresso, foi apresentada uma comunicação acerca da educação superior e cooperação interamericana, com insistência na interiorização, racional e organizada, da universidade. (BOAVENTURA, 1983)

Com esse evento internacional, iniciava-se a cooperação com o governo do Quebec. Firmou-se convênio que permitiu a realização posterior de um Mestrado em Educação da Universidade do Quebec, na Uneb, com a coordenação do professor Marcel Lavallée. Desde os seus primeiros anos, a Uneb abriu-se para a cooperação internacional, em especial, com o Canadá. Seguiu-se o exemplo da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, a UDF de Anísio Teixeira, que puderam contar com a colaboração de conhecidos mestres estrangeiros, no início do seu funcionamento.

De todo esse conjunto de fatores, puderam-se destacar as marcantes contribuições para o projeto da Uneb. São agentes principais dessa fase do projeto o professor Alírio Fernando Barbosa de Souza, doutor em educação superior pela The Pennsylvania State University e professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), o reitor Armando Otávio Ramos, da Unesp, e o reitor Gilles Boulet, da Universidade do Quebec. Ao organizar a universidade multicampi, no início de 1983, integraram-se unidades universitárias existentes principalmente nos municípios e mais o Ceteba, em Salvador.

Tinha-se o exemplo próximo, brasileiro e paulista, da Unesp. Acreditava-se em um ponto de vista, que cada vez mais se consolidou com o tempo, que o

modelo multicampi é o que melhor se ajusta ao território de um Estado-membro. Essa era a experiência brasileira e também internacional, do Canadá e dos Estados Unidos. A Universidade Estadual da Pennsylvania (Penn State) é uma universidade multicampi. A concepção de uma universidade multicampi concretizou-se em face do exemplo das universidades paulistas: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Todas com pluralidade de campi, como demonstrou Irary Novah Moraes. (1986, p. 17-24)

Era a etapa da criação jurídico-administrativa da autarquia mantenedora, que congregou as Faculdades de Agronomia do Médio São Francisco, de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus, além do Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), núcleo inicial da Uneb, em Salvador, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, velha e acalentada aspiração daquela comunidade, iniciativa do arquiteto Pedro Raimundo Rego, Jorge Duarte e outros. A Uneb se expandiu nos anos iniciais de sua criação com os Centros de Educação Superior em Paulo Afonso e outro em Barreiras, de Ciências da Saúde e dos Alimentos, em Salvador, das Faculdades de Educação do Estado da Bahia (Faeeba), em Salvador e em Senhor do Bonfim, Serrinha e Euclides da Cunha com funcionamento de 31 cursos superiores e mais de 2.400 alunos.

Com a experiência da reforma universitária da Ufba, colocou-se estrategicamente a Faculdade de Educação do Estado da Bahia (Faeeba) na Uneb. Não era possível uma Universidade funcionar e mesmo existir sem um núcleo de conhecimentos pedagógicos. Era a lição de Anísio Teixeira quando criou a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a mesma lição quando ele e Darcy Ribeiro planejaram a Universidade de Brasília.

Ressaltem-se algumas inovações como a licenciatura em Pedagogia, com habilitações na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Adultos, criação do bacharelado em Nutrição e instalação de cursos superiores pioneiros na região. No Oeste Baiano, especificamente, em Barreiras. O Parque Estadual de Canudos e o Centro de

Estudos Euclides da Cunha vincularam-se, conscientemente, à Uneb e mais ainda aos sertões da Bahia.

No tempo em que se trabalhou na implementação da Uneb, o secretário de Educação acumulou as funções de reitor, facilitando a sua implantação conforme a lei delegada que a criou. Procurou-se estruturá-la dentro dos princípios que a política da União e do Governo do Estado estabeleciam. Assim, saiu o Regulamento da Uneb, pelo Decreto 3.299, de 30 de novembro de 1984, peça importante para implantação da nova autarquia acadêmica, que permitiu a criação dos cargos e preenchimento de alguns postos. Seguiram-se depois os demais atos, como o Estatuto aprovado pelo parecer CEE 128/85, do Conselho Estadual de Educação.

Segundo a política de educação, do quadriênio 1983-1987, cada capital regional da Bahia devia ter a sua Faculdade, formando professores para o sistema de educação e para os demais setores da sociedade. A Uneb nascia com a cor da Bahia, comprometida com as suas regiões, com a negritude, com os sertões, com a pobreza, com os problemas de educação, de alimentação e de saúde. Era mais uma educação superior voltada para o ensino, para a formação de pessoal docente, enfim, para a construção do conhecimento. A isso o modelo interdisciplinar e multicampi muito favoreceu. A circunstância muito especial de ter sua sede no Cabula, mais precisamente no bairro da Engomadeira, criou compromissos sociais e urbanos com a instituição.

A Uneb está presente em todo o Estado, identificando-se com as regiões, especialmente, com o Nordeste da Bahia. A lei que a criou estabeleceu a sua competência para todo o território baiano.

A autorização de funcionamento não foi fácil, entendendo o problema no conjunto das relações dialéticas e assimétricas federais e estaduais. Exigiu muito esforço do secretário de Educação, responsável pela criação da Uneb, além de muita energia e persistência. Houve, no período, a mudança de três ministros da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, que muito ajudou a Bahia em vários processos de autorização de cursos, Marco Maciel e Jorge Bornhausen. O problema ligava-se ao entendimento da burocracia do Ministério da Educação. Tinha-se o parecer favorável do Conselho Estadual de Educação da Bahia, de autoria do conselheiro padre José Hamilton de Almeida

Barros, mas faltava o ato federal de autorização. O processo peregrinava entre o gabinete do ministro e o Conselho Federal de Educação, que não tinha competência específica no caso.

Deve-se ao ministro da Educação Jorge Bornhausen a autorização de funcionamento da Uneb. Para tanto, colaborou o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que acolheu a solicitação do reitor José Edelzuito Soares.

Enfim, a autorização saiu em 17 de julho de 1986 e, dias depois, o ministro Bornhausen visitou o campus da Uneb, em Narandiba. Para a comunidade acadêmica e para os dirigentes da Secretaria de Educação foi um dia solar de plena realização. Foi uma vitória alcançada depois de três anos de lutas junto ao MEC, o que comprova como são polêmicas as relações de poder entre o governo central e os governos estaduais, no conjunto de uma federação.

Pelo decreto de autorização de funcionamento do Presidente José Sarney, explicitou-se sua condição de "sistema multicampi", servindo a todo o Estado da Bahia. Para que fosse autorizada por decreto presidencial, foi oportuna a doutrina do parecer nº 647/84, do Conselho Federal de Educação, de autoria do jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que deu inteligente interpretação ao artigo 47, da Lei Federal 5.540/68. O sistema multicampi serve a todo Estado da Bahia, confirmando a lei que criou a Uneb: "A Uneb tem por finalidade desenvolver, de forma harmônica e planejada, a educação superior, promovendo a formação, o aperfeiçoamento (...) bem como estimulando a implantação de cursos e campi universitários nas regiões do Estado, observando as suas peculiaridades".

A forma multicampi foi definitivamente consagrada no decreto presidencial, sendo realmente a que melhor convém a uma universidade estadual. É a lição da Penn State que tanto tem fertilizado e enriquecido a educação superior baiana. O Estado-membro é, de qualquer forma, um espaço a ser ocupado pela educação superior. Como se dizia, na década de oitenta: "educação superior rima com interior, enquanto educação federal com capital e litoral". Mais recentemente cogita-se de uma Rede de Gestão Departamento, conforme pode ser vista no Quadro 2.

Do ponto de vista normativo, trabalhou-se no seu processo de reconhecimento, tarefa cometida ao Conselho Estadual de Educação da Bahia com a delegação de competência do Conselho Federal. Com os serviços prestados à comunidade acadêmica, a declaração de reconhecimento foi uma etapa importante no processo de consolidação da instituição, que lhe permitiu criar cursos de graduação e pós-graduação, celebrar convênios nacionais e internacionais, registrar os diplomas dos seus alunos.

Da criação, em 1983, passando pela autorização de funcionamento, de 1986, chegou-se pela Portaria nº 909, de 31 de julho de 1995, do Ministro de Educação e Desporto, Paulo Renato de Souza, ao reconhecimento, com sede e foro na cidade do Salvador e jurisdição em todo o Estado da Bahia, conforme o Parecer do Conselho Estadual de Educação da Bahia, nº 133/1995 (BRASIL, 1995).

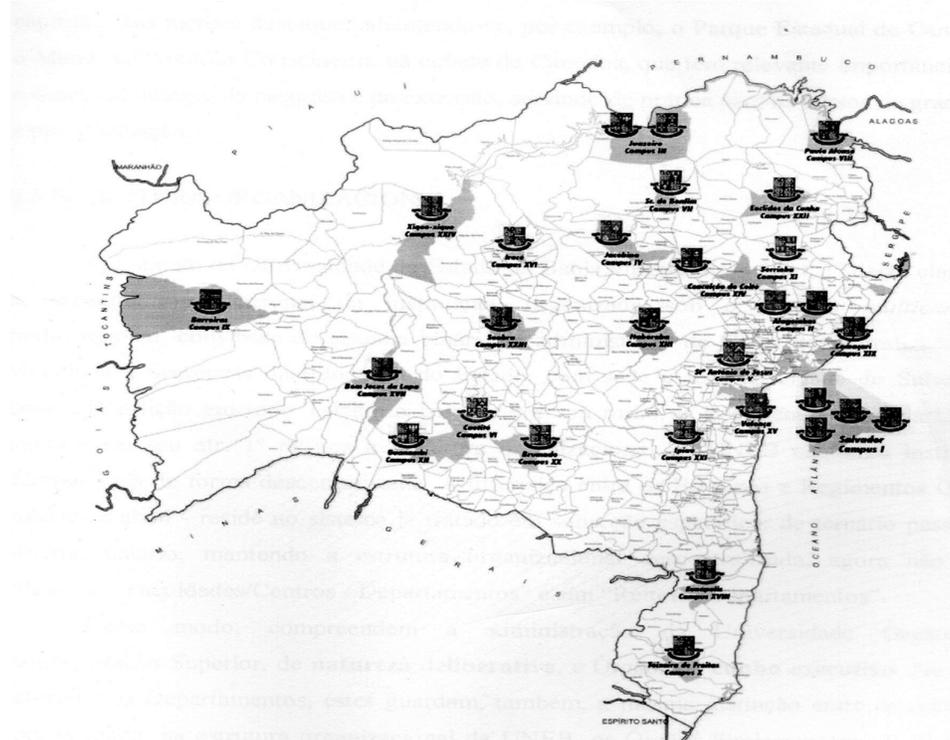
A UNEB mantém 24 campi, como podem ser visualizados no Quadro 1 Distribuição Espaço/Geográfico das Unidades da UNEB e na Figura 1 Localização dos Campi por Municípios. Além destas unidades, existem 47 polos de educação a distância localizados nos seguintes municípios: Alagoinhas, Amargosa, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Camaçari, Campo Alegre de Lourdes, Carinhanha, Conceição do Coité, Dias D'Ávila, Esplanada, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Guanambi, Ibotirama, Ilhéus, Ipiaú, Ipupiara, Irecê, Itaberaba, Itamaraju, Itanhém, Itapicuru, Jacaraci, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Mata de São João, Mundo Novo, Paulo Afonso, Pintadas, Piritiba, Rafael Jambeiro, Remanso, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão, São Sebastião do Passé, Seabra, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Sitio do Quinto, Teixeira de Freitas, Valença, Vitória da Conquista.

Quadro 1 – Distribuição Espaço-Geográfica das Unidades da Uneb

CAMPUS	LOCAL/SEDE	DEPARTAMENTOS
I	Salvador	Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Vida e Educação
II	Alagoinhas	Educação e Ciências Exatas e da Terra
III	Juazeiro	Tecnologia e Ciências Sociais e Ciências Humanas
IV	Jacobina	Ciências Humanas
V	Santo Antônio de Jesus	Ciências Humanas
VI	Caetité	Ciências Humanas
VII	Senhor do Bonfim	Educação
VIII	Paulo Afonso	Educação
IX	Barreiras	Ciências Humanas
X	Teixeira de Freitas	Educação
XI	Serrinha	Educação
XII	Guanambi	Educação
XIII	Itaberaba	Educação
XIV	Conceição do Coité	Educação
XV	Valença	Educação
XVI	Irecê	Ciências Humanas e Tecnologias
XVII	Bom Jesus da Lapa	Ciências Humanas e Tecnologias
XVIII	Eunápolis	Ciências Humanas e Tecnologias
XIX	Camaçari	Ciências Humanas e Tecnologias
XX	Brumado	Ciências Humanas e Tecnologias
XXI	Ipiaú	Ciências Humanas e Tecnologias
XXII	Euclides da Cunha	Ciências Humanas e Tecnologias
XXIII	Seabra	Ciências Humanas e Tecnologias
XXIV	Xique-Xique	Ciências Humanas e Tecnologias

Fonte: UNEB (2013)

Figura 1 – Localização dos campi por municípios



Fonte: SEI/SEPLAN, UNEB/NucDesign (2013)

Quadro 2 – Rede de Gestão Departamental

ORDEM	REDES DE GESTÃO DEPARTAMENTAL (RGDs)	DEPARTAMENTOS/MUNICÍPIOS
A	Médio São Francisco	Bom Jesus da Lapa e Barreiras
B	Anísio Teixeira	Brumado, Caetité e Guanambi
C	Metropolitana	Alagoinhas, Salvador e Camaçari
D	Recôncavo Baiano / Costa do Dendê	Valença, Santo Antônio de Jesus e Ipiá
E	Semiárido Norte	Juazeiro, Jacobina e Senhor do Bonfim
F	Antônio Conselheiro	Paulo Afonso, Serrinha, Conceição do Coité e Euclides da Cunha
G	Chapada Diamantina	Irecê, Xique-Xique, Seabra e Itaberaba
H	Costa do Descobrimento	Eunápolis e Teixeira de Freitas

Fonte: PROPLAN (2012)

5 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ (UESC)

Antecedida pela Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (Fespi), foi definida como Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), pela Lei nº 6.344, de 05 de dezembro de 1991 e reorganizada pela Lei nº 6.898, de 18 de agosto de 1995, no terceiro governo Antônio Carlos Magalhães (1991-1995), gestão da secretária Dirlene Mendonça. (BAHIA, 1998, p. 77)

A Uesc originou-se de três unidades acadêmicas da região do cacau. A Faculdade de Direito de Ilhéus, autorizada pelo Ministério de Educação, em 1960, começou a funcionar no ano letivo de 1961. Criada pelas lideranças locais, tendo à frente Soane Nazaré Andrade, Amilton Ignácio de Castro, Jorge Fialho, Rui Cajueiro, Ramagem Badaró e Francelino Neto. Já a Faculdade de Filosofia de Itabuna foi instituída pela Ação Fraternal, entidade mantida por Amélia Tavares Amado, começou a funcionar pela mesma época da Faculdade de Direito de Ilhéus. A terceira unidade acadêmica, Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna, manifesta a liderança do bacharel Érito Machado, juiz do trabalho.

As três entidades foram reunidas na Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (Fespi), em 1974, com a construção do campus na estrada Ilhéus e Itabuna, passando a contar com apoio financeiro da Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Ceplac) (UNIVERSIDADE E. SANTA CRUZ, 2003. p. 43-50).

As instalações construídas pela Ceplac e o pagamento dos professores com as taxas escolares resultaram do acordo estabelecido entre o diretor da Fespi, professor Soane Nazaré Andrade, e o secretário geral da Ceplac, José Aroldo Castro Vieira. Esse esquema funcionou por certo tempo. Quando da mudança na taxa de retenção do cacau, a Ceplac passou para a jurisdição do Ministério da Agricultura, começaram as dificuldades financeiras da Fespi.

Já no início de 1987, começou a crise econômica. Apresentou-se como alternativa solucionadora a federalização ou a estadualização. Em face das dificuldades para a federalização, foi trabalhada a estadualização que só se efetivou em 1991. Para Ubaldo Dantas, prefeito de Itabuna, patrono da turma de formandos de 1988, “só resta à Fespi a hipótese de estadualização, já que o presidente Sarney foi muito enfático (...), ao afirmar que existem pedidos mais antigos e influentes” (A TARDE, 5 fev. 1988). Nesse sentido, houve gestões no governo Waldir Pires (1987-1989) para encaminhar a solução para greve e mudança na direção da Fespi.

O governo estadual assumiu os ônus financeiros da manutenção da Fespi, conforme compromisso político e dispositivo da Constituição da Bahia de 1989. Posteriormente, veio a estadualização da Fespi e sua transformação em universidade, quando reitor Altamirando Marques. O governador Antônio Carlos Magalhães, em 1991, enviou projeto de lei à Assembléia Legislativa propondo a estadualização. A Fespi oferecia àquela época os cursos de Direito, Licenciaturas em Ciências, Filosofia, Letras, Pedagogia, Estudos Sociais, Administração, Ciências Econômicas e Enfermagem (A TARDE, 31 out. 1991). A Uesc obteve o credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação, conforme parecer nº 089/99, relator conselheiro José Rogério da Costa Vargens.

Embora a Uesc incorpore a primeira e a mais antiga faculdade fora da capital, a Faculdade de Direito de Ilhéus, e tenha funcionado antes da estadualização como Federação das Escolas Superiores, a quarta e última universidade da administração estadual instituiu-se apenas em 1991, dirigida pela reitora Renée Abagli Nogueira que soube exercer reconhecida liderança. Completou-se, assim, o quadro das quatro universidades estaduais.

6 CONCLUSÃO

O esforço das lideranças estaduais conduziu, pioneiramente, a efetivação da educação superior no território baiano, primeiramente, com as Faculdades de Formação de Professores, que criaram efetivas oportunidades para o ensino. Em seguida, chegaram às universidades estaduais, instaladas em centros urbanos como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Itapetinga, Ilhéus, Itabuna e nos 24 municípios onde se localizam os campi da Uneb, confirmando a presença de “uma universidade para toda a Bahia”. Faculdades e Universidades que correspondem às aspirações, demandas e necessidades locais e regionais na formação de redes. Em um segundo momento, a partir de 2006, as Universidades Federais do Recôncavo Baiano, do Sul da Bahia e do Oeste Baiano, juntamente com os Institutos Federais da Bahia e Baiano, aumentaram as oportunidades de formação, de pesquisa e de extensão em todo território do Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. **Plano de educação e cultura do Estado da Bahia: 1984-1987**. Salvador, 1984. Governo João Durval Carneiro.

_____. **Plano integral de educação e cultura**. Salvador, 1969. V. 1-2. Governo Luiz Viana Filho.

_____. **Três anos de educação e cultura na Bahia: relatório de atividades: 1983-1985**. Salvador, 1986. Governo João Durval Carneiro.

BAHIA. Secretaria de Educação. Coordenação de Ensino Superior. **As universidades estaduais II**. Salvador, 1998.

BOAVENTURA, Eivaldo M. Delineamento das políticas estaduais de educação e cultura. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, n. 31, p. 29-40, dez. 1983^a.

_____. **O departamento na universidade**: estudo sobre o departamento na organização universitária, tomando-se como campo de observação a Universidade Federal da Bahia, antes e depois de sua estruturação-reforma. Salvador, 1971^a. Tese (Concurso de Professor Titular) – Departamento de Planejamento e Administração Educacional, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. O desafio de uma universidade estadual no Nordeste. **Revista da Universidade do Estado da Bahia**, v. 1, n. 1, p. 02-04, abr./jun. 1985. Palestra no Seminário sobre universidade multicampi: acesso e cooperação. Universidade do Quebec/OUI/UNEB, em 18 mar. 1985.

_____. Educação superior estadual e a cooperação interamericana. In: CONGRESSO DA ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERAMERICANA. Salvador. **Anais...** Salvador: Gráfica Universitária da UFBA, 1983b. v. 2, p. 630-638.

_____. **As etapas do doutorado**. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 1994.

_____. **Pela causa da educação e da cultura**: pronunciamentos. Salvador: SEC, 1984.

_____. Uma proposta de educação superior para a Bahia. **Sitientibus: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana**. Feira de Santana, v. 1, n. 2, p. 97-106, jan./jun. 1983.

_____. **A segunda casa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. O sistema multicampi. In: _____. **Tempos construtivos**. Salvador: Arpoador, 1984. p. 31-33. Discurso de abertura do II Seminário de Universidade Multicampi, Salvador, 13 abr. 1986.

_____. A universidade em forma de rede. In: **Tempo de educar**. Salvador: SEC. 1987. p. 93-94. Discurso de abertura do Seminário, A universidade em forma de rede: acesso e cooperação. Salvador, IRDEB, 17 mar. 1985.

_____. A Universidade Estadual de Feira de Santana. In: **Tempo de educar**. Salvador: SEC, 1987. p. 81-92. Aula inaugural do ano letivo da Uefs, 05 mar. 1985.

_____. **Universidade em mudança**: problemas de estrutura e de funcionamento da educação superior. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971b.

_____. Universidade a serviço da comunidade. In _____. **Universidade em mudança**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1971c. p. 105-122. Aula inaugural da Faculdade de Educação de Feira de Santana, pronunciada em 3 de março de 1969.

_____. (Org.) **UFBA**: trajetória de uma universidade 1946-1996. Salvador: EGBA, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Gabinete do Ministro. Portaria n. 909, 31 jul. 1995. Reconhecimento da Universidade do Estado da Bahia. **Diário Oficial [da] República Federal do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 31 jul. 1995.

CUNHA, Maria Couto. **A dinâmica e os fatores condicionantes da criação de cursos de educação superior no Estado da Bahia**. Salvador, 2002. 219 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

ESTADUALIZAÇÃO pode ser a solução para a Fespi. **A Tarde**. Salvador, 5 fev. 1988. Caderno 2, p. 16.

GOVERNO deve estadualizar Universidade. **A Tarde**. Salvador, p. 3, 31 out. 1991.

LEE, Cugene C.; BOWEN, Frank M. **The multicampus university**. Berkeley (California): Macgraw-Hill Book Company, 1971.

MORAES, Irany Novah. **Perfil da universidade**. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1986.

PIMENTA, Lídia B. **Planejamento e gestão orçamentária na Universidade do Estado da Bahia -1995-2000**. Salvador, 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Alírio de. **[Depoimento do Professor Alírio de Souza]**. Salvador, 30 maio de 1993. Depoimento intitulado A empreitada da UNEB.

TOURINHO, Maria Antonietta de C. **Imperial Instituto Baiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX**. Salvador, 1982. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Credenciamento da Universidade Estadual de Santa Cruz: trajetória político-institucional**. Ilhéus: Editus, 1999.

_____. **Relatório de atividades 1996-2003**. Ilhéus: Editus, 2003.